

Página 13

■ Nº141 ■ ABRIL/2015

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

A mudança contra o golpismo

Mobilização das forças democráticas e populares só terá êxito se vincular a defesa da democracia com a defesa de mudanças profundas na sociedade brasileira. pp 3 a 9



Argentina e Venezuela sob ataque

pp 10 a 13

Conferência Nacional de Saúde

pp. 14 e 15

Segundo Congresso da AE

p. 16

Semanas decisivas



Esta edição de *Página 13* circula num mês decisivo para a democracia brasileira. Exatamente quando o golpe militar de 1964 comemora 51 anos, as forças democráticas e populares são chamadas a mobilizar-se contra o golpismo patrocinado pela oposição de direita, pelo oligopólio da mídia e pelo grande capital. Mobilização que só terá êxito se vincular a defesa da democracia, com a defesa de mudanças profundas na sociedade brasileira.

Este é o desafio principal que está posto para os congressos da Central Única dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes e do PT. Desafio que exigirá, além de mudanças na linha política, muito esforço. Coerente com isto, esta edição de *Página 13* sairá em duas fornadas: a primeira, que o leitor tem em suas mãos; e a segunda, depois das mobilizações de 31 de março e 7 de abril; e incorporando ainda os resultados da reunião que o PT fará no dia 30 de março, assim como os resultados do 2º Congresso Nacional e da 8ª Conferência sindical da tendência petista Articulação de Esquerda.

Boa leitura e, mais que nunca, boa luta. ★

Sobre a XIV Jornada Nacional de Formação da AE



Paulo Victor*

Conhecer a nossa história enquanto Partido dos Trabalhadores e enquanto tendência interna do partido como forma de entender o que nos caracteriza enquanto agrupamento político. Estudar a história do Brasil pela ótica da classe trabalhadora e das relações de poder que aqui se constituem, entendendo como as questões estruturais da formação política, econômica e social do país interferem na nossa vida cotidiana. Analisar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, assim, discutir os caminhos, as táticas e estratégias para superá-lo coletivamente. Conhecer o socialismo na teoria e na prática e se aproximar de projetos socialistas realizados em outros países e outros contextos para buscá-lo a partir da realidade brasileira. Avaliar os anos de PT à frente do Governo Federal, observando os acertos e os equívocos adotados nesse período, para compreender os principais desafios colocados para os trabalhadores e trabalhadoras e o conjunto da esquerda.

Esses foram alguns dos objetivos alcançados durante a *XIV Jornada Nacional de Formação Política da Articulação de Esquerda*, realizada entre os dias 31 de janeiro e 8 de fevereiro deste ano, na Chácara João XXIII, em Salgado, Sergipe. Em síntese, os nove dias dedicados integralmente ao estudo da história e das resoluções do PT e da AE, da constituição político-econômico-social do Brasil, da trajetória do capitalismo em nosso país, da luta pelo socialismo e dos governos Lula e Dilma serviram para refletir sobre as nossas lutas diárias e, ao mesmo tempo, nos fornecer elementos para ampliar e qualificar a nossa intervenção na realidade.

A cada edição, a Jornada Nacional de Formação se reafirma como um importante espaço tanto de conhecimento sobre a história, as estratégias e os desafios da Articulação de Esquerda, especialmente para os militantes mais novos da tendência, quanto de reoxigenação das lutas sociais que a AE se dispõe a enfrentar, além de se apresentar como um ambiente de integração e compartilhamento das diversas experiências e realidades da Articulação de Esquerda nos estados e de aproximação com outros militantes sociais e populares não organizados na tendência. Por esses motivos, uma iniciativa que deve ser potencializada e priorizada pelo conjunto da AE. ★

*Paulo Victor é jornalista e militante do PT em Sergipe

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denise Cerqueira Vieira (TO), Denise Silva de Oliveira (MS), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia Maria Barroso Vieira (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira Rocha (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar e Adriana Miranda **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 **Acesse:** www.pagina13.org.br

Para tempos de guerra

Ocupar as ruas, construir uma Frente Democrática e Popular, mudar a estratégia do Partido e a linha do governo

Página 13 publica a seguir trechos do texto “Um partido para tempos de guerra”, projeto de resolução apresentado pela tendência petista Articulação de Esquerda para debate no 5º Congresso nacional do Partido dos Trabalhadores. A versão integral pode ser lida nas páginas do PT (www.pt.org.br) e também na www.pagina13.org.br

O Partido dos Trabalhadores está diante da maior crise de sua história. Ou mudamos a política do Partido e a política do governo Dilma; ou corremos o risco de sofrer uma derrota profunda, que afetará não apenas o PT, mas o conjunto da esquerda política e social, brasileira e latinoamericana.

A crise do PT decorre, simultaneamente, de nossas realizações e de nossas limitações.

Tivemos êxito em ampliar o bem-estar social -- por intermédio da geração de empregos e aumento da massa salarial e do poder aquisitivo da população, bem como da adoção exitosa de programas de moradia, saúde e outros -- e a soberania nacional, também através de uma política externa “altiva e soberana”. Fortalecemos o Estado, na contramão do Estado Mínimo neoliberal. Ampliamos certos direitos e conquistas democráticas. E são estes avanços que explicam nossas vitórias em quatro eleições presidenciais consecutivas.

Mas não fomos capazes de realizar transformações estruturais, que retirassem do grande capital o controle sobre as alavancas fundamentais da economia e da política brasileira.

Controlando estas alavancas, a oposição de direita, o oligopólio da mídia e o grande capital desencadearam uma ofensiva geral que inclui a desmoralização política e ideológica do petismo, o estímulo à sabotagem por parte de setores da base aliada, a pressão para que o governo aplique o programa dos que perderam a eleição, a mobilização de massas dos setores conservadores, a ameaça permanente de impeachment e a promessa de nos derrotar eleitoralmente em 2016 e 2018.

Frente a esta situação, o 5º Congresso do PT deve aprovar resoluções que permitam ao Partido, ao conjunto de sua militância, executar cinco tarefas principais.

A primeira tarefa é reocupar as ruas. A oposição de direita controla parte importante do Judiciário, do Parlamento e do Executivo, em seus diferentes níveis. Agora está trabalhando intensamente para também controlar as ruas, utilizando para isto sua militância mais conservadora, convocada pelos meios de comunicação, mobilizada com recursos empresariais e orientada pelas técnicas golpistas das chamadas “revoluções coloridas”. Caso a direita ganhe a batalha de ocupação das ruas, não haverá espaço nem tempo para uma contraofensiva por parte da esquerda. Assim, a primeira tarefa de cada petista deve ser apoiar, participar, mobilizar e ajudar a organizar as manifestações programadas pelos movimentos e organizações das classes trabalhadoras.

A segunda tarefa é construir uma Frente Democrática e Popular. Há várias iniciativas em curso, algumas delas sem o PT e até mesmo contra o PT. Nosso Partido deve procurar as forças que elegeram Dilma no segundo turno presidencial e que defendem as reformas estruturais, propondo a elas que se constitua uma **frente popular em defesa da democracia e das reformas.** O programa mínimo desta Frente Democrática e Popular deve incluir a revogação das medidas de ajuste recessivo; o combate à corrupção; a reforma tributária com destaque para o imposto sobre grandes fortunas; a defesa da Petrobrás e da industrialização nacional; a ampliação das políticas públicas universais como saúde e educação; a reforma política e a democratização da mídia. A Frente Democrática e Popular é essencial para derrotar o golpismo e libertar o governo da chantagem peemedebista. Mas o objetivo principal da Frente Democrática



e Popular é lutar por transformações estruturais, sendo para isto necessário construir instrumentos de articulação política e de comunicação de massas que nos permitam enfrentar e vencer o oligopólio da mídia.

A terceira tarefa é mudar nossa estratégia. Se queremos melhorar a vida do povo, se queremos ampliar a democracia, se queremos afirmar a soberania nacional, se queremos integrar a América Latina, se queremos quebrar a espinha dorsal da corrupção, é preciso realizar reformas estruturais no Brasil, que permitam à classe trabalhadora controlar as principais alavancas da economia e da política nacional. Para isto, precisamos de uma aliança estratégica com as forças democrático-populares, com a esquerda política e social. Precisamos, também, combinar luta institucional, luta social e luta cultural. Recuperar o apoio ativo da maioria da classe trabalhadora, ganhar para nosso lado parte dos setores médios que hoje estão na oposição, dividir e neutralizar a burguesia, isolando e derrotando o grande capital transnacional-financeiro. Isso implica abandonar a conciliação de classe com nossos inimigos.

A quarta tarefa é alterar a linha do governo. É plenamente possível derrotar a direita se tivermos para isto a ajuda do governo. É possível derrotar momentaneamente a direita, até mesmo *sem* a ajuda do governo. Mas é impossível impor uma derrota estratégica à direita, se a ação do governo dividir a esquerda e alimentar a direita. Por isto, o 5º Congresso do PT deve dizer ao governo: que os ricos paguem a conta do ajuste, que as forças democrático-populares ocupem o lugar que lhes cabe no ministério, que a presidenta assuma protagonismo na luta contra a direita, contra o “PIG” e contra a especulação financeira.

A quinta tarefa é mudar o próprio PT. O Partido que temos não está à altura dos tempos em que vivemos. Das direções até as bases, é preciso realizar transformações profundas. Precisamos de um partido para tempos de guerra.

O Partido dos Trabalhadores precisa compreender que entre as causas profundas da crise está um impasse político de fundo: nosso sistema político-eleitoral não agrada à oposição de direita, nem contempla as reivindicações históricas da esquerda de igualdade de condições nas disputas eleitorais.

A oposição de direita assistiu às atuais regras do jogo permitirem (ou não impedirem) ao PT vencer por quatro vezes a disputa para a Presidência da República.

A esquerda assistiu às atuais regras do jogo permitirem (e estimularem) a formação de maiorias congressuais de centro-direita, por meio do “abuso de poder econômico” e da ação dos conglomerados nacionais e regionais de mídia.

A esquerda tenta resolver este impasse político através de uma reforma política democratizante, Assembléia Constituinte e participação popular.

A direita tenta resolver o impasse via reforma política conservadora, judicialização da política e criminalização da mobilização social.

É neste contexto que deve ser interpretada a mais recente onda de violência policial-militar contra a juventude pobre e negra das periferias das grandes cidades e contra os movimentos sociais, em especial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Não se trata de desvio nem de novidade, pois tem sido esta a prática das PMs desde a Ditadura Militar. Mas sinaliza uma ação organizada de setores da direita que apostam no extermínio e no fascismo.

É também neste contexto que deve ser analisada a mobilização de massas do dia 15 de março. Não se trata de descontentamento “republicano e pacífico”, nem da defesa “legítima” do impeachment. A mobilização da direita visa criminalizar não só o PT e o conjunto dos partidos de esquerda, mas também a classe trabalhadora nas suas mais diversas expressões, organizações e movimentos: os sem-terras, os sem-tetos, os sindicatos combativos, os grupos e entidades populares etc. Não pode ser outra a leitura do ódio presente nos atos do dia 15 de março, que abriram espaço até mesmo para manifestações ostensivas da extrema-direita e homenagem a um torturador identificado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

O impasse político desgasta a esquerda (que não consegue maioria congressual para implementar mudanças) e fortalece a direita (que sonha em utilizar a maioria congressual não apenas para achacar e sabotar o governo, mas também para fazer o impeachment).

O Partido dos Trabalhadores defende que a solução para a crise política passa por mais democracia, não por menos democracia. Por isto reafirmamos nossa defesa da Assembleia Constituinte, da participação popular e da legitimidade dos processos eleitorais. Se a oposição de direita quer nos derrotar, que se organize para disputar as eleições de 2016 e 2018.

Por isto mesmo, o PT defende tolerância zero com a facção golpista da direita. As articulações golpistas, especialmente as vindas de militares da ativa ou da reserva e de meios de comunicação, devem ser tratadas como determina a Constituição e a legislação nacional.

O Partido dos Trabalhadores deve compreender, também, por quais motivos setores importantes da direita — inclusive lideranças como Aécio Neves, José Serra, Geraldo Alckmin e Fernando Henrique Cardoso — flertam abertamente com o discurso e a perspectiva golpista.

A influência da extrema-direita decorre de um impasse econômico-social de fundo vivido pelo Brasil há várias décadas. Assim como 1954 e 1964 não foram por acaso, o que está ocorrendo agora também não é por acaso.

Toda vez que o Brasil teve governos que adotaram uma política externa soberana, que garantiram progressos na qualidade de vida do povo e certa ampliação nas liberdades democráticas, as classes dominantes reagiram em favor das medidas opostas: dependência externa, restrições às liberdades, desigualdade social.

Hoje vivemos mais um destes momentos de definição entre dois caminhos para o Brasil: ou bem regressamos ao desenvolvimento conservador de viés neoliberal, com dependência externa, restrições às liberdades democráticas e aprofundamento da desigualdade social; ou bem avançamos em direção a um desenvolvimento de novo tipo, democrático-popular e articulado ao socialismo.

O Partido dos Trabalhadores deve compreender, finalmente, que a conjuntura em que vivemos não se limita ao Brasil.

As características fundamentais do atual período internacional são: a) ainda estamos numa etapa de defensiva estratégica do socialismo; b) e sob uma hegemonia capitalista como nunca antes na história; c) por isto mesmo, o capitalismo vive uma profunda crise; d) que por sua vez aguça uma disputa inter-capitalista que vai adquirindo contornos cada vez mais agressivos; e) o que ajuda a entender a reação defensiva expressa na formação de blocos regionais.

No caso do continente americano, há dois projetos de integração regional: de um lado o subordinado aos Estados Unidos, de outro lado a integração autônoma. Projetos simbolizados, respectivamente, pela Alca e pela Celac.

A principal base de apoio da Celac é a Unasul. E a principal base de apoio da Unasul está no tripé Argentina, Venezuela e Brasil. Três países que neste momento estão imersos em crises econômicas e políticas.

“A” causa de fundo da tripla crise é o esgotamento da estratégia seguida, nestes três países, pelos chamados governos progressistas e de esquerda.

Há várias maneiras de explicar este esgotamento: a) os limites do reformismo nos países de capitalismo dependente; b) os limites do progressismo num só país; c) os limites de quem busca fazer reformas sem mudar as estruturas econômico-sociais fundamentais; d) os limites de quem tenta melhorar a vida do povo sem fazer reformas estruturais.

A crise internacional de 2007-2008 acelerou o esgotamento da estratégia seguida no Brasil. Nesse momento, nosso país é o “elo mais fraco” da corrente de governos progressistas e de esquerda na região, entre outros motivos porque melhoramos a vida das classes trabalhadoras, sem elevar de maneira correspondente seus níveis de politização e organização; mantivemos intacto o oligopólio da mídia; não colocamos a luta contra os oligopólios empresariais e contra a corrupção como tarefas permanentes; desde 2002 elegemos o PT na presidência da República mas um Congresso onde as forças progressistas são minoritárias. Esta contradição foi agora agravada pelo fato de termos vencido as eleições de 2014 graças à mobilização da esquerda, para logo após o governo implementar um ajuste fiscal recessivo.

(...)



DIRETRIZES ORGANIZATIVAS

a) voltar a ser um partido que atua também nos anos ímpares e que sabe combinar luta social, luta cultural, construção partidária, com disputa eleitoral, ação parlamentar e governamental;

b) reatar laços orgânicos com nossa base social, por um lado retomando a prática do trabalho de base e por outro lado recobrando a capacidade de mobilização social;

c) constituir uma frente popular orgânica com aqueles setores que integram o campo democrático-popular, por exemplo outros partidos de esquerda e entidades históricas da classe trabalhadora e da juventude, como a CUT, UNE, MST, MNLM, CMP, CONAM e outras;

d) construir uma política de comunicação de massas -- articulando impressos (jornais e revistas), rádio, televisão e redes sociais -- voltada a defender as posições da classe trabalhadora, fortalecer os laços com os movimentos sociais, lutar pela ampliação de direitos, amplificar o alcance do programa democrático-popular e socialista na disputa ideológica, no plano nacional e internacional, dialogar e organizar nossa ampla base social, realizar a disputa política e ideológica permanente com nossos adversários e também com nossos inimigos de classe;

e) reconstruir sua rede de organizações de base, através da constituição de núcleos do PT nos locais de trabalho, de moradia e de estudo;

f) reorganizar seu trabalho de formação, do básico à formação de quadros dirigentes, com o objetivo de atingir da maneira mais rápida o maior número de militantes, dando ênfase não apenas a nossa história e a nossas propostas programáticas democrático-populares, mas também aos aspectos político-ideológicos e teóricos indispensáveis à luta da classe trabalhadora pelo poder e pelo socialismo;

g) fortalecer as instâncias partidárias, em detrimento dos centros de comandos paralelos localizados nos gabinetes parlamentares e executivos. Com este espírito, proibir que seja presidente partidário quem exerce mandato legislativo ou executivo;

h) eleger as direções partidárias nos congressos partidários. Fim do PED e da influência das práticas eleitorais burguesas (como a compra de votos) nos processos internos;

i) organizar a atuação e a influência de massas do petismo entre os jovens, através de uma JPT de massas, que supere seu profundo processo de dispersão e desorganização em um dos momentos em que o PT é mais desafiado a dialogar com as novas gerações;

j) reafirmar a paridade de gênero e as cotas étnica e de juventude na composição das direções partidárias, reafirmando nosso esforço de organizar setores historicamente excluídos e compreendendo que sua presença nas direções partidárias pode contribuir para superar nossos problemas políticos e organizativos;

k) garantir a auto-sustentação financeira. Um partido de trabalhadores não pode depender de recursos financeiros doados pelo empresariado, seja para fazer campanhas eleitorais, seja para conduzir o cotidiano da vida partidária;

l) fortalecer nosso trabalho de relações internacionais;

m) colocar a política no comando e reafirmar o caráter de classe do Partido. Os problemas organizativos vividos pelo PT derivam de opções políticas e sua solução também passa pela política.

E a principal decisão política é: o PT pretende continuar sendo um partido da classe trabalhadora. ★

Nas bases e nas ruas

Jandyra Uehara*

A CUT abriu o 12º Concut nos dia 3 e 4 de março em Brasília com um forte chamamento às nossas bases e dirigentes para uma participação massiva nas atividades do Congresso que devem estar articuladas com as mobilizações e lutas do período, a exemplo dos grandes atos realizados no dia 13 de março.

A direção nacional reunida no dia 5 de março “conclamou as entidades da CUT e todos os trabalhadores e trabalhadoras CUTistas a participarem das mobilizações do dia 13 de março para defender nossos direitos (não ao PL 4330, retirada imediata das MPs 664 e 665). Conclamamos nossas bases para defender a Democracia e a Reforma Política, através da Constituinte Exclusiva e Soberana, e para barrar a contra-reforma (PEC 352) puxada por Eduardo Cunha no Congresso Nacional. Conclamamos nossas bases para saírem também às ruas no dia 13 de março em defesa da Petrobrás, pela manutenção da Caixa Econômica Federal 100% pública, em defesa da soberania nacional e para exigir mudanças na política econômica do governo (não à elevação da taxa de juros e às medidas de ajuste de caráter regressivo e recessivo)”.

O 12º CONCUR está sendo concebido e organizado com dinâmica e metodologia novas para envolver o movimento sindical CUTista, a partir das bases, num amplo processo de debate e de mobilização em torno das grandes questões e desafios uma vez que a conjuntura de crise política e econômica e as ameaças de retrocesso exigem enorme capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora.

Dia 15 de abril tem início as assembleias de base do 12º Concut, e estas assumem um caráter fundamental na atual conjuntura, pois é este o momento privilegiado para que o debate dos desafios e das propostas de enfrentamento da crise política e econômica se realize de forma massiva e democrática. As assembleias de base devem ser vistas como oportunidade única para mobilizar e organizar os trabalhadores e trabalhadoras na defesa dos nossos interesses imediatos e históricos.

Portanto, as práticas da burocratização e da despolitização que tornaram ao longo

O 1º de Maio é o grande Ato de mobilização da CUT e dos Movimentos Sociais e Populares, a exemplo do que foi o dia 13 de março



dos anos boa parte das assembleias de base aos congressos da CUT em reuniões da direção dos sindicatos para tirada de delegados a fim de garantir maiorias precisam ser substituídas por debates massivos com as nossas categorias.

Cabe à CUT cumprir papel protagonista na disputa de rumos do governo e do país trabalhando para a politização, a mobilização e o engajamento de milhares de trabalhadoras e trabalhadores em movimentos fortes e combativos, capazes de combater o retrocesso e criar as condições para avançar na Pauta da Classe Trabalhadora.

Abril é mês de ocupar as ruas e preparar um grande 1º de Maio em todo o país. De 31 de março a 1º de Maio, a CUT conjuntamente com movimentos populares e de juventude que articularam os grandes atos do dia 13 de março, vão impulsionar a **Jornada de Lutas** imediatamente em todo o país.

No dia **31 de março** serão realizadas em todo o país **Plenárias sindicais e populares para a mobilização da militância**, a exemplo de São Paulo, que será realizada na Quadra dos Bancários convocada pela CUT, FUP – Federação Única dos Petroleiros, CTB - Central Dos Trabalhadores do Brasil, UNE - União Nacional Dos Estudantes, MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, CMP – Central dos Movimentos Populares, MAB – Movimento de Atingidos Por Barragem, LEVANTE Popular da Juventude, FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, FDE - Fora do Eixo Mídia Ninja, MMM - Marcha Mundial das Mulheres, PLEBISCITO Constituinte, Plataforma Operaria Camponesa da Energia, Juventude REVOLUÇÃO, UBM - União Brasileira de Mulheres, FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, CO-

NAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores, UNMP – União Nacional por Moradia Popular, CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras

Em **2 de abril, ato diante do STF pelo “Devolve Gilmar”**, com a presença de representantes das entidades e campanhas engajadas na luta por uma reforma política democrática. Faz um ano que o ministro Gilmar Mendes segura o seu voto na ADIN, cuja votação está em 6 X 1 sobre o total de 11 ministros, pela inconstitucionalidade do financiamento empresarial de campanhas políticas.

As Plenárias sindicais e populares de 31 de março devem servir de preparação para o **Dia Nacional de Lutas de 7 de Abril**, quando haverá grande concentração de trabalhadores e trabalhadoras em Brasília, para **barrar a votação do PL 4330** na Câmara dos Deputados, prevista para esta data. Trata-se de um ato muito importante, pois o Presidente da Câmara Eduardo Cunha, em conluio com as entidades patronais e o apoio do Ministro Levy pretende aprovar a liberação da terceirização que a CUT e centrais conseguiram segurar até 2014.

No mesmo dia 7 de abril, a CUT em conjunto com os movimentos sociais e populares (MST, UNE, CMP e outros), deve realizar atos nas capitais e cidades para dar respaldo à concentração em Brasília, levantando também a pauta geral de defesa “da Democracia, dos Direitos trabalhistas, da Petrobras e da reforma política para combater a corrupção”. Atividades descentralizadas em portas de fábrica, rodovias, bairros populares, escolas, entre outras, também serão organizadas para o 7 de abril, reforçando a mobilização geral.

26 de abril é o dia do aniversário dos 50 anos da Rede Globo. Estão sendo organizados atos em defesa da democratização da mídia em frente aos prédios das organizações em todos os Estados e Cidades onde a emissora tem afiliada, a CUT está orientando as estaduais para que articulem e participem deste Ato.

Em todos os estados, essas mobilizações de abril devem desembocar na realização de **Atos de 1º de Maio massivos**, que levantem as nossas reivindicações e a pauta geral que estamos trabalhando desde o dia 13 de março.

O 1º de Maio é o grande Ato de mobilização da CUT e dos Movimentos Sociais e Populares, a exemplo do que foi o dia 13 de março.

É intensificando cada vez mais a ocupação das ruas que a CUT pode cumprir papel protagonista na disputa de rumos do país trabalhando para a politização, a mobilização e o engajamento de milhares de trabalhadoras e trabalhadores em movimentos fortes e combativos, capazes de contribuir para o deslocamento da correlação de forças a favor da classe trabalhadora, criando as condições políticas para as reformas estruturais.

Preparar uma CUT para tempos de guerra, eis a tarefa do 12º Congresso! ★

***Jandyra Uehara** é dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores e integra o Diretório Nacional do PT

ASSINE O JORNAL
Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
() R\$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)

() R\$ 200,00
() Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Em nome de: Rubens Alves da Silva

Rumo ao 54º Congresso da UNE

Patrick Campos e Adriele Manjabosco***

Reunidos em São Paulo durante os dias 20, 21 e 22 de março na Universidade Nove de Julho o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) da UNE convocou oficialmente o 54º Congresso da União Nacional dos Estudantes.

O regimento aprovado pelos Diretórios Centrais, Executivas e Uniões Estaduais de Estudantes de todo o país encaminhou a realização do fórum para os dias 4, 5, 6 e 7 de Junho, podendo ocorrer nos estados de Minas Gerais, Goiás ou no Distrito Federal.

O CONUNE ocorre a cada dois anos e é o espaço responsável por eleger a direção da entidade e definir as diretrizes político-programáticas para este período. Para participar do Congresso com direito a voto, as/os estudantes devem organizar um processo eleitoral na sua instituição de ensino e eleger seus representantes (chamadas/os delegadas/os). Para conhecer todos os procedimentos para o Congresso da UNE acesse www.reconquistaraune.com.br

Para a **Reconquistar a UNE**, tese construída pelos jovens militantes da Articulação de Esquerda na disputa da entidade, este CONUNE precisa ser um grande momento de debate e organização da luta dos/as estudantes de todo o Brasil. Num momento de acirramento da luta de classes em que a direita avança em todos os setores, inclusive nas Universidades, o movimento estudantil precisa estar preparado para agir.

Por esta razão, junto ao Campo Popular da UNE, defendemos que o Congresso seja realizado na cidade de Brasília-DF. Não há outro lugar, nesse momento para reunirmos mais de dez mil estudantes que não seja a Capital Federal, aonde deve ser realizada uma grande mobilização, em defesa da democracia, pelo aumento dos investimentos na educação e contra todo e qualquer ajuste fiscal que corte verbas para este o setor.

Também é em Brasília que devemos estar para que a UNE siga colocando em pauta a defesa da Reforma Política e a necessidade da realização de uma Constituinte exclusiva e soberana. Além de

bater na porta do congresso a fim de barrar a contrarreforma dos setores conservadores, estaremos pressionando o Ministro Gilmar Mendes a retirar as vistas sobre a ADIN protocolada pela OAB que trata do fim do financiamento empresarial de campanhas eleitorais. Esperamos que até Junho isso já tenha ocorrido, mas caso contrário, não devemos arredar pé do STF até o voto do Ministro, o último restante, pois todos os demais já foram favoráveis à ação.

É tendo em vista este cenário que buscaremos realizar uma grande mobilização para o 54º CONUNE. É preciso garantir que a entidade assuma o compromisso de orientar e organizar sua base social para as lutas que se avizinham. Em um cenário de acirramento da luta política, com riscos de retrocessos em conquistas históricas da luta estudantil, aonde a juventude vem sendo cotidianamente disputada pelo ideário conservador, é inadmissível que um dos nossos principais instrumentos de luta e organização mantenha-se estagnado.

Mais do que nunca é necessário disputar os rumos e a direção da UNE, tendo em vista seu imenso potencial, seja no que tange a luta educacional, mas também sua capacidade de incidir nos rumos da história. Mas para que a UNE volte a protagonizar grandes processos de luta social e estudantil ela precisa repensar sua atual forma de organização, democratizar sua gestão, voltar a estar presente no cotidiano dos estudantes e principalmente rever

sua linha política. É nesse sentido que a Reconquistar a UNE seguirá impulsionando a construção do **Campo Popular**.

O papel do Campo Popular tem sido o de reunir o conjunto das/os estudantes que constroem a União Nacional dos Estudantes em torno de um projeto de Universidade Democrática e Popular, que acreditam que a UNE precisa retomar seu protagonismo dirigente e sua capacidade de organização e articulação da rede do movimento estudantil.

Neste congresso o campo deverá centrar-se em apresentar um programa político de mudanças na UNE que garanta a democratização da entidade, o fortalecimento das instâncias de decisão e uma maior comunicação e integração com os/as estudantes.

A Reconquistar a UNE entende que são estas algumas das principais questões postas no período que marca o início da mobilização para o 54º CONUNE. Seguir avançando na luta das/os estudantes, ampliar direitos e construir uma universidade democrática e popular. Para isso convocamos todos e todas para se fazerem presentes nesse que será um dos mais importantes espaços de organização do movimento estudantil brasileiro. ★

***Patrick Campos** é diretor de Assistência Estudantil da UNE

****Adriele Manjabosco** é diretora de Extensão da UNE



Esteio: município educador

*Carla Escosteguy, Tissiana de Souza e Maria Chitolina**



De acordo com um estudo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Esteio é a cidade da Grande Porto Alegre com os melhores números no que diz respeito à oferta de vagas na Educação Infantil.

O município de Esteio possui uma população estimada em 83.846 habitantes. A oferta de vagas na educação infantil em Esteio, nos últimos seis anos, saltou de 883 vagas no ano 2009 para 3.105 vagas no final de 2014, zerando a fila de espera que no ano de 2014 foi de 890 inscritos.

A educação infantil é atendida nas modalidades creche e pré-escola, abrangendo 1.530 crianças de 0 a 3 anos (creche) e 1.575 crianças de 4 a 5 anos (pré-escola), contabilizando aquele total de 3.105 crianças matriculadas na educação infantil.

A Secretaria Municipal de Educação e Esporte oferece educação infantil em seis Escolas Municipais de Educação Infantil; em dezoito Centros Municipais de Educação Básica; em três Escolas Conveniadas; em duas Escolas Estaduais através de convênio para uso do espaço, cedendo profissionais para atuar em sala de aula; e também através do Programa de Aquisição de Vagas para a Educação Infantil, onde disponibiliza vagas em catorze escolas particulares.

Cabe destacar a oferta de turmas de pré-escola em turno integral, das 8h às 17h, em três centros municipais de educação básica.

Além disso, em parceria com o governo federal, a administração municipal está construindo uma nova unidade de educação infantil, com área de 2,8 mil m² e funcionamento em turno integral, que beneficiará 120 crianças de zero a cinco anos de idade ainda em 2015.

Fica claro, portanto, o compromisso do município de Esteio com o cumprimento do Plano Nacional de Educação, com o atendimento de 44% das crianças em creches e 93,1% na pré-escola. Lembrando que a Meta 1 do PNE estabelece a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE. ★

***Carla Coitinho Escosteguy, Tissiana Araujo de Souza e Maria Eduarda Chitolina** são educadoras, servidoras públicas municipais concursadas e militantes do PT



A compra destes livros pode ser feita na www.pagina13.org.br

Página 13

Alvos de guerra

Venezuela e Argentina são vítimas de brutal ofensiva da direita, dos setores oligárquicos e de Washington

Max Altman*



Depois de mais de uma década de sucessivas vitórias de candidatos e governos de esquerda e progressistas, era de se esperar uma contra-ofensiva da direita e dos setores oligárquicos, apoiados politicamente pelos seus porta-vozes da “grande mídia” local e internacional e coordenados estrategicamente e logisticamente por Washington.

A partir da ascensão de Hugo Chávez ao governo da Venezuela em duas sucessivas eleições presidenciais de 1998 e 2000, a maioria dos países da região passou a ter no comando governos eleitos democraticamente, dedicados a pôr em marcha políticas públicas voltadas às camadas pobres da sociedade, a executar planos de fortalecimento da economia afastados do modelo neoliberal e modernização da infraestrutura, ao mesmo tempo que marcavam sua posição internacional de soberania, independência e integração de povos e países do continente. Presidentes com este perfil foram eleitos e reeleitos no Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela, Nicarágua. O mesmo ocorreu em países cuja constituição não permite reeleição como Uruguai, Chile, Peru, Paraguai, El Salvador. Alguns desses governos eleitos pelas forças democrático-populares cederam à pressão da direita, foram derrubados ou derrotados eleitoralmente.

Os governos desses países impediram a ALCA e constituíram organismos próprios de integração, soberanos e independentes, como a Unasul e a Celac, não mais

dispostos a ser meramente o pátio traseiro dos Estados Unidos nem estar submetidos às decisões da OEA, que marcou sua história como verdadeiro ministério das colônias do governo norte-americano.

A tarefa dos governos de esquerda ou progressistas nunca foi fácil. Contrapor-se a interesses e cultura de classe provocou reação das mais variadas da direita e dos conservadores inconformados em perder parte de seus privilégios e em ver a ascensão social e política das camadas populares.

Os Estados Unidos não se mostram dispostos a perder a hegemonia que sempre detiveram sobre a região e as oligarquias e a direita locais querem retomar a seu favor o controle político de seus países. Diante da conjuntura desfavorável, que se estendia no tempo e se aprofundava, aquelas forças resolveram desencadear, coordenadamente, a contra-ofensiva cuja estratégia assume características diversas segundo as condições locais mas sempre tendentes a derrocar os atuais governantes e assumir eles mesmos o poder absoluto. Há presentemente uma brutal ofensiva simultânea contra três países essenciais ao processo de integração: Brasil, Venezuela e Argentina. Vamos nos cingir aos casos Venezuela e Argentina.

Venezuela

Desde que foi sancionada a nova Constituição Bolivariana, convocada a Assembleia Constituinte por plebiscito e aprovada por referendo popular, de cunho

altamente progressista, as forças da reação se mobilizaram e trataram de desestabilizar o regime. Ocorreu o golpe militar clássico em 2012, apoiado expressamente pela mídia. Foi derrotado quando as massas saíram às ruas e coadjuvadas por parte das forças armadas trouxeram em 60 horas o presidente Chávez de volta ao Palácio Miraflores. Derrotados, os golpistas não ensarilharam armas. Em dezembro do mesmo ano, ainda controlando a Petróleo de Venezuela (Pdvsa), desencadearam o “locaute” petroleiro também com o objetivo de derrocar o governo. A tática foi diversa: paralisar o transporte de mercadorias, criar o desabastecimento, provocar a angústia popular, desestabilizar o regime para finalmente assaltar o poder. Foram novamente derrotados. Em 2014 valeram-se de uma cláusula altamente democrática da Constituição Bolivariana para convocar um referendo revogatório do mandato de Chávez. Foram novamente derrotados, como haviam sido e continuaram sendo em quase duas dezenas de pleitos eleitorais livres, limpos e democráticos. Alegaram fraude – o que foi repercutido escandalosamente pela mídia internacional – e até hoje não apresentaram um fiapo de prova.

Nos anos seguintes com o aprofundamento do processo revolucionário, apoiado pela maioria do povo venezuelano, em especial pelos trabalhadores e camadas populares, Chávez passou a defender e criar as condições para a instalação na Venezuela de um regime socialista de feição própria

Maduro, bem como ministros do governo e dirigentes do PSUV, vão à televisão, vão ao encontro dos movimentos populares, valem-se de cerimônias públicas para defender enfática e corajosamente a revolução, rebatendo sem titubear as investidas golpistas e caluniosas dos opositores

e a combater duramente o capitalismo. Isto acendeu a ira de Washington e dos setores internos de oposição de direita.

Com a morte de Hugo Chávez em março de 2013, a direita viu surgir uma oportunidade de derrotar a revolução bolivariana pela via eleitoral. O candidato de oposição à presidência contou com recursos extraordinários para desenvolver sua campanha e com a unificação de suas forças. O resultado foi uma estreita vitória de Nicolás Maduro, ungido pelo próprio Chávez como seu sucessor na liderança da revolução. A oposição não acatou a definição das urnas, alegou uma vez mais fraude e tratou Maduro como presidente ilegítimo. Convocou grupos violentos às ruas de que resultou várias vítimas fatais e atentados a sedes do Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV) e de clínicas onde trabalhavam médicos cubanos.

O ano todo de 2013, a oposição de direita se negou a reconhecer o governo Maduro. Dedicou-se a sabotar a economia, a açambarcar produtos, a contrabandear para o exterior produtos essenciais que o governo vendia à população com preços subsidiados, com isto alimentando a inflação, provocando o desabastecimento, criando intranquilidade, a sabotar o sistema elétrico, à desestabilização, ao caos, à guerra psicológica. Tratou de converter as eleições municipais de dezembro de 2013 em plebiscito. E o que ocorreu? O triunfo da Revolução Socialista Bolivariana derrotou os planos golpistas da direita.

Em fevereiro de 2014, a extrema-direita, liderada por Leopoldo Lopez, Maria Corina Machado e Antonio Ledezma, inconformada, lança o plano “La salida”, ou seja um golpe para a derrubada do presidente Maduro, estimulando que bandos

saissem as ruas e praticassem toda sorte de violência e crimes, de que resultou a morte de 43 cidadãos, a grande maioria cometida por esses bandos fascistas. Apesar do alto preço em vidas, foi novamente derrotada.

Já em fevereiro de 2015, a extrema-direita parte abertamente para o golpe. A inteligência das Forças Armadas Bolivarianas consegue detectar o plano e prender os seus executores, um pequeno grupo de oficiais da Força Aérea, que a bordo de um avião tucano de registro não venezuelano, atacariam o palácio presidencial, tendo como alvo o presidente Maduro, a sede da Telesur, do Conselho Nacional Eleitoral e algumas outras instituições. O sinal para o início da ação golpista era a publicação de um certo “Manifesto de Transição” de autoria das lideranças da extrema-direita. O plano foi desbaratado, os oficiais da operação presos, e o líder visível do plano golpista, Antonio Ledezma, também detido por ordem da Justiça. Tudo amplamente documentado e comunicado à população pelo presidente Maduro, pelo presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, e outras autoridades.

No dia 9 de março as máscaras caem. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, decreta a aplicação de sanções a



Os movimentos sociais argentinos, ainda que não se alinhem partidariamente, saíram às ruas num evidente contraponto ao avanço da direita. Agora, em 24 de março, 39 anos da instalação da ditadura militar na Argentina, convocado pelas “Madres de la Plaza de Mayo” meio milhão de pessoas, em sua maioria jovens, recordaram os 30 mil companheiros assassinados pela ditadura



7 funcionários do governo da Venezuela, acusando-os de violação dos direitos humanos e corrupção. E mais grave, decretou “emergência nacional nos Estados Unidos devido ao extraordinário risco à segurança americana representado pela situação na Venezuela.” Sinal claro que toda a campanha midiática internacional contra a Revolução Bolivariana e as tentativas de desestabilização e golpe tinham o dedo da Casa Branca.

A reação do governo Maduro foi imediata; “A Venezuela não é uma ameaça. Não somos ameaça à segurança dos Estados Unidos e a de nenhum outro país. Na verdade, somos a esperança.” Em seguida conclamou o povo a subscrever uma petição pública em que se solicita a Obama a revogação do decreto. A meta é colher 10 milhões de assinaturas. Já foram colhidas 2,5 milhões.

O presidente Rafael Correa, do Equador, expressou sucintamente a desaprovção dos governos regionais com as últimas sanções, afirmando que estas “nos lembram dos momentos mais sombrios de nossa América, quando fomos invadidos tivemos ditaduras impostas pelos imperialistas.” Em seguida, perguntou: “Será que não percebem que a América Latina mudou?” A resposta curta para a pergunta é não.

O inesperado do lance da Casa Branca é que ele ocorre no momento em que reata relações com Cuba e às vésperas da VII Cúpula das Américas que terá lugar no Panamá em 10 e 11 de abril próximos. É de se prever que a reação negativa será enérgica. E é surpreendente que nesse exato momento os Estados Unidos deem início a uma política de confrontação direta contra uma revolução pacífica, democrática, com um governo

presidido por Nicolás Maduro que sempre se mostrou disposto a dialogar em base de igualdade. É lícito imaginar que esta política visa atemorizar as instituições venezuelanas ao mesmo tempo que emite sinais de apoio aos setores violentos. Mas o resultado poderá ser adverso, uma vez que desperta o patriotismo mesmo entre aqueles que mantêm distância do governo Maduro. Pesquisas revelam que 94% dos entrevistados manifestaram repúdio ao decreto de Obama.

A Venezuela vive uma situação econômica delicada. É uma economia ainda rentista decorrente da ‘maldição do petróleo’. O setor empresarial não investe, vive de renda. Some-se a isto a sabotagem econômica, a alta inflação, o desabastecimento, agora um tanto atenuado. No plano social, persiste a alta taxa de criminalidade.

No entanto, mesmo diante de tantas dificuldades, Maduro consegue manter uma forte base social, em especial entre os trabalhadores e as camadas pobres, permanentemente mobilizada, e a unidade cívico-militar. Cuida de estabelecer uma estratégia para impulsionar a capacidade produtiva do país. Ademais, conta com maioria na Assembleia Nacional, com um Poder Judiciário disposto a defender intransigentemente a Constituição em vigor e dispõe de meios de comunicação popular para travar a batalha de ideias. Porém, mais importante, Maduro, bem como ministros do governo e dirigentes do PSUV, vão à televisão, vão ao encontro dos movimentos populares, valem-se de cerimônias públicas para defender enfática e corajosamente a revolução, rebatendo sem titubear as investidas golpistas e caluniosas dos opositores.

Argentina

Cristina Kirchner, eleita pela primeira vez presidente da Argentina em outubro de 2007, nunca teve vida fácil. Seu próprio vice-presidente, Julio Cobos, a traiu desempatando em julho de 2008, na condição de presidente constitucional do Senado, a favor da oposição – a votação estava empatada em 36 votos - um importante projeto de lei que estabelecia a mobilidade das retenções às exportações do setor agropecuário toda vez que o preço internacional das ‘commodities’ subissem. Os recursos daí advindos eram fundamentais para a ampliação dos programas sociais.

Cristina travou dura luta contra o Clarín -- império monopolista oligárquico e de direita dos meios de comunicação que a combate ferozmente numa verdadeira campanha de desinformação. Conseguiu aprovar a “Ley de Medios” -- ainda não totalmente implementada, submetida que está aos órgãos judiciários -, quebrando o monopólio, que apesar disso ou por causa disso continua mantendo uma furiosa oposição ao governo.

Com o peronismo dividido em múltiplas facções, poderosas confederações sindicais, como a dos caminhoneiros, mantêm pesada artilharia contra Cristina, o mesmo ocorrendo com correntes políticas de ex-aliados.

No plano internacional, recebe forte pressão dos meios financeiros dos Estados Unidos. Detentores dos “fundos abutres” tiveram acolhida nos tribunais norte-americanos sua pretensão de receber esses fundos pelo valor de face, adquiridos na bacia

das almas quando a Argentina passava no começo do século por gravíssima crise financeira. A Grã Bretanha reforça seu contingente militar nas Ilhas Malvinas e mantém Buenos Aires sob permanente pressão.

Este é um ano de eleições presidenciais na Argentina e o objetivo da direita e da oligarquia local é fazê-la sangrar politicamente e debilitar o apoio que venha dar a seu candidato, uma vez que ela mesma não pode concorrer a uma terceira eleição.

Recentemente, os principais meios de comunicação, tendo à frente a rede Clarin, desfecharam uma violenta campanha contra Cristina Kirchner, usando como pretexto a morte do procurador Alberto Nisman, cujo objetivo era leva-la às barras dos tribunais e derrocar seu governo. Nisman foi encontrado morto em seu apartamento, em 18 de janeiro, na véspera de seu depoimento ao Congresso acusando diretamente a Cristina e seu chanceler Timerman de acobertamento dos supostos responsáveis iranianos acusados pelo atentado à Associação Mutual Israelita Argentina, 20 anos antes, no qual morreram 85 pessoas e centenas ficaram feridas. Círculos opositores, estimulados pela mídia, desencadearam intenso ataque contra a Casa Rosada.

O Clarin chegou a acusar indiretamente a presidenta de assassina, visto que o governo era responsável pela segurança do procurador e como ele foi morto a responsabilidade recaía sobre Cristina. O chefe de gabinete, Aníbal Fernandez, foi a televisão, exibiu a manchete, tachou-a de caluniosa e, ante as câmeras, rasgou o jornal.

Uma “Marcha do Silêncio”, oficialmente convocada pelos procuradores para lembrar um mês de sua morte, mas alimentada pela mídia e a oposição de direita, reuniu centenas de milhares de manifestantes diante da Casa Rosada, na praça de Mayo. Menos de duas semanas depois os partidários de Cristina, liderados pelo movimento La Campora e por sindicatos de trabalhadores, reuniu na praça do Congresso, a propósito da fala anual à nação pelo presidente, semelhante número de pessoas.

Entre inúmeros detalhes que vieram à luz, o jornalista Santiago O’Donnell, em seu livro Politileaks, traça, a partir de segredos desvelados pelo WikiLeaks, um perfil de Nisman e revela suas ligações. O procurador é descrito como uma pessoa medrosa e fraca “e que antes de tomar decisões importantes ia pedir benção à Embaixada dos Estados Unidos”. Telegramas e e-mails revelados pelo WikiLeaks mostram que o governo dos Estados Unidos

“estimulou e alentou a investigação dos suspeitos iranianos acusados de ter cometido o atentado de 1994”. O livro revela ainda que diplomatas norte-americanos mantiveram contatos com Nisman.

A justiça pelo juiz Daniel Rafecas acabou rejeitando a denúncia de Nisman por “inexistência de delito” o que foi agora ratificado pela Câmara Federal de Buenos Aires.

Em momento algum Cristina deixou-se intimidar ou se isolar diante das acusações. Revidou corajosamente em discursos, pelas redes sociais ou em entrevistas as acusações que lhe eram feitas e não temeu confrontar-se com a mídia e a direita.

Os movimentos sociais, ainda que não se alinhem partidariamente, saíram as ruas num evidente contraponto ao avanço da direita. Agora, em 24 de março, 39 anos da instalação da ditadura militar na Argentina, convocado pelas “Madres de la Plaza de Mayo” meio milhão de pessoas, em sua maioria jovens, recordaram os 30 mil companheiros assassinados pela ditadura de 1976. A faixa que encabeçava a gigantesca manifestação dizia: “30 mil razões para seguir lutando pelo socialismo”. E outra mais atrás: “Votemos futuro, elejamos que país vamos seguir construindo e que Pátria vamos seguir defendendo”.

Há anos a Argentina vive uma situação econômica delicada, com inflação alta e crise cambial. É um quadro que pressupõe enormes dificuldades para a Frente para a Vitória de Cristina Kirchner na corrida presidencial, cujo pleito se ferirá em outubro. Até lá não estão descartadas tentativas de desestabilização política e econômica alentada pelos grupos de poder concentrados na oposição, que se aproveitam dos sindicatos opositores e da ultra-esquerda como forças de choque, a exemplo do que ocorreu com as rebeliões policiais de dezembro de 2013, o golpe de mercado de janeiro de 2014 e greves dos sindicatos opositores com piquetes da ultra-esquerda que se concentraram especialmente na capital.

Diversos são os aspirantes da Frente. O que mais se destaca é Daniel Scioli, que já foi vice-presidente com Nestor Kirchner. Não é o candidato de coração da presidenta. Mas se ele for o escolhido nas primárias, Cristina irá arregañar as mangas e defenderá com vigor todo o seu legado. Não se surpreendam, apesar do ódio da direita e da campanha virulenta da mídia, se a Frente para a Vitória de Cristina Kirchner uma vez mais saia vencedora. ★

*Max Altman é militante do Partido dos Trabalhadores

ANÚNCIO

revista
ESQUERDA
PETISTA

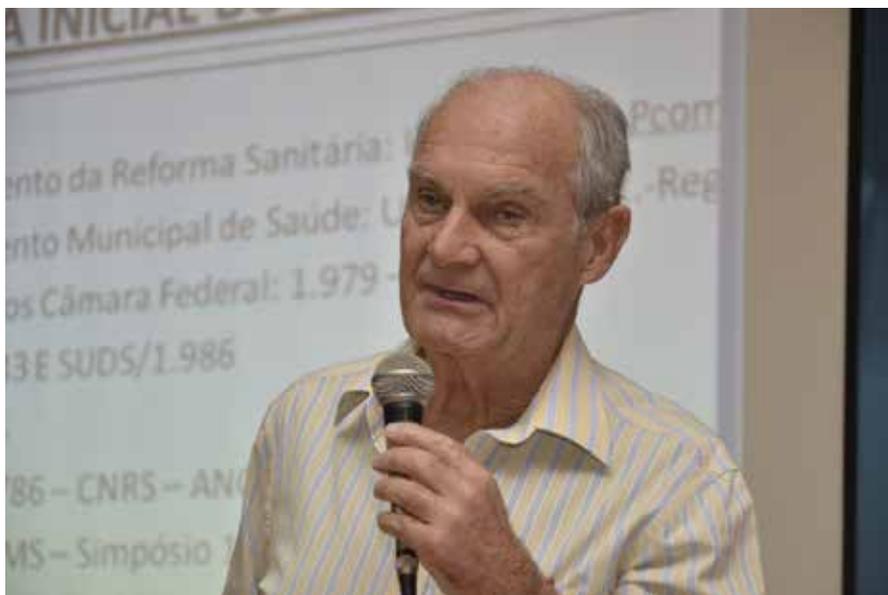
Não basta ganhar. Tem que levar

Já está em circulação a terceira edição da
REVISTA
ESQUERDA
PETISTA

Publicação da editora
Página PT 13

Fala Nelsão

Em dezembro de 2015 acontece a 15ª Conferência Nacional da Saúde. Para tratar do assunto, *Página 13* entrevistou Nelson Rodrigues dos Santos, mais conhecido como Nelsão, membro do conselho consultivo do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (IDISA) e professor aposentado da Unicamp.



Página 13. Resuma para nós: qual é o SUS dos seus sonhos, aquele pelo qual você vem lutando desde os anos 1970?

Nelsão. É o SUS que iniciou na acumulação de crescentes iniciativas municipais nos anos 1970, de atenção primária à saúde integral e equitativa em periferias urbanas, que com o convênio com a Previdência Social universalizaram para toda a população e se incorporaram ao Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Passa pela 8ª Conferência Nacional de Saúde, pela Comissão Nacional da Reforma Sanitária e pela Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição de 1988 consagrou a Seguridade Social, os direitos de cidadania e o SUS universalista, sob a soberana vontade da sociedade e do paradigma socialdemocrata do Estado de Bem Estar Social dos sistemas públicos universalistas europeus, canadense e outros.

P13. Tomando como parâmetro o Sistema de Saúde nacional público e universal, previsto na Constituição Federal de 1988, como você avalia o desempenho das gestões Lula e Dilma?

Nelsão. Sob o mesmo prisma que avalio as gestões anteriores: os postulados constitucionais. Essas gestões constituíram um “núcleo duro” (Ministérios da Fazenda, da Casa Civil e do Planejamento) que vem distorcendo o SUS, com drástico desfinanciamento federal, desinvestimento e precarização do trabalho público, com transformação do setor privado complementar em substitutivo do setor público. Paralelamente, fortes e crescentes subvenções públicas ao mercado de planos

privados de saúde, cooptando para esse mercado as camadas sociais médias incluindo os trabalhadores sindicalizados e as centrais sindicais. Foi a lógica e a estratégia dominante de desviar o rumo do Estado de Bem Estar Social universalista para o rumo do Estado neoliberal, submisso ao mercado no campo dos direitos sociais. O desempenho das gestões Lula e Dilma, no que tocou às políticas públicas universalistas, ao contrário do almejado na histórica campanha eleitoral de 2002, segue essa mesma lógica e estratégia: permanece o referido “núcleo duro”, que barrou todas as iniciativas de repor pelo menos parte do desfinanciamento do SUS e impôs a PEC 358/2013, que reduziu mais ainda a parcela federal. Continuou a elevação das subvenções públicas ao mercado de planos privados de saúde (MP 619/2013), patrocinou financiamentos extremamente facilitados para ampliação dos hospitais próprios das empresas de planos privados e de hospitais privados sofisticados, e abriu o mercado assistencial privado ao capital estrangeiro (MP 656/2014). É de destacar que essa lógica e estratégia dominante segmentou a Universalidade, desviou a Integralidade e Equidade, mas não consegue impedir inúmeras trincheiras de resistência e avanços possíveis, distribuídos igualmente nos 25 anos do SUS, decisivos para futura retomada. Esta avaliação convive com a avaliação positiva da grande inclusão social consequente ao distributivismo de Estado nas gestões Lula e Dilma, que gerou inestimável salto no mercado de consumo e mercado interno, apontando para a retomada do desenvolvimento. Avalio que houve perda histórica da oportunidade desse salto ter sido acompanhado da efetivação das políticas

públicas universalistas, lastreado no grandioso apoio da sociedade no segundo mandato do Lula. Temo que tenham estreitado as chances, não só da efetivação daquelas políticas públicas, como também da própria continuidade do distributivismo de Estado.

P13. Este ano vai ocorrer a 15ª Conferência Nacional de Saúde. Na sua opinião que debates são prioritários e que resoluções deveriam ser adotadas?

Nelsão. A partir da 9ª Conferência Nacional de Saúde em 1992, os temas, pautas, termos de referência e condução da Conferência vem passando por influência crescente dos conselhos de saúde, incluindo a participação dos seus membros como delegados. Essa realidade traz à tona a importância estratégica da bagagem de informações, análises e posicionamentos, acumulados em 12 reuniões ordinárias ao ano pelos conselhos e conselheiros. Ao nível nacional, as grandes questões ligadas ao financiamento, à gestão, à compra de serviços privados, à gestão do pessoal, às subvenções públicas ao mercado da saúde e à construção do modelo “SUS” de atenção à saúde, encontram-se nas suas deliberações subsidiadas pelas comissões técnicas. O relatório final da 14ª Conferência Nacional aponta importantes e oportunas análises, indicações e recomendações. Penso que o CNS deva resgatar suas análises e posições quanto ao financiamento, gestão, regulação e modelo de atenção à saúde, cabendo lembrar da PEC 51/2014 de autoria do Presidente da Câmara dos Deputados, que obriga os empregadores rurais e urbanos, com correspondente renúncia fiscal, a prover seus empregados com planos privados de saúde, PEC abso-

lutamente enquadrada na lógica e estratégia do “núcleo duro” citado na resposta anterior. A 15ª Conferência Nacional de Saúde deve produzir um relatório final consistente e forte, capaz de subsidiar a própria sociedade na mobilização pela retomada do SUS ao seu rumo constitucional inicial. Essa retomada requererá um a dois planos decenais, mesmo contando com efetiva vontade política favorável superando o “núcleo duro”, cujo início poderá ser a efetiva implementação de duas conquistas a favor do SUS: o Decreto 7508/2011 e Lei 141/2012, além do retorno ao PLIP 321/2013, já com 2,2 milhões de assinaturas de eleitores.

P13. Se o Ministro da Saúde te perguntasse quais alterações devem ser implementadas na gestão do ministério, o que voce diria para ele?

Nelsão. Respondo reconhecendo ao Ministro que nos 25 anos do SUS, todos os Ministros da Saúde foram balizados pela lógica e estratégias da política de Estado expressas pelo referido “núcleo duro” e em algumas circunstâncias mediadas pela presidência da República. Este balizamento leva necessariamente ao exercício da governabilidade pelo Ministro, visando assegurar espaços de decisão e gestão. Em minha militância no SUS, ora mais distante, ora mais próxima da formulação das decisões ministeriais, esse exercício torna-se tanto mais tenso quanto mais o referido balizamento se distancia dos compromissos com o SUS. Ao nível pessoal dos Ministros as tensões permanentes frequentemente asseguram espaços mínimos a favor do SUS, por preços mais ou menos suportáveis dados pelo balizamento. Das pequenas às maiores concessões ao “núcleo duro”, a conciliação e a cooptação por projeto de poder pelo poder pode ser um trajeto nem sempre claro e consciente. Um fator que provê maior espaço ao Ministro é a sua ligação, ausculta e interação sincera, interessada, frequente e respeitosa aos interlocutores da Comissão Intergestores Tripartite, aos colegiados do CONASS, CONASEMS, dos COSEMS, do CNS e suas comissões, dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, inclusive as ligadas ao Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (CEBES, ABRASCO, ABrES, AMPASA, Rede Unida, APSP, IDISA, SBB e outras). Poucos ministros foram identificados com o “núcleo duro”, inclusive apelando para estatísticas impactantes de números absolutos de atendi-

mentos e financiamento, que isoladamente camuflam o mero atendimento massivo de demanda reprimida em todos os níveis e o desvio de rumo na construção do modelo “SUS” de atenção à saúde: estamos hoje com 70-75% da população atendida só pelo SUS e 30-35% pelo SUS e planos privados, estes com per-capita total para saúde 5 vezes maior, e por sua vez segmentados no acesso e qualidade conforme a faixa de preço do plano, sendo complementados pelo SUS na rotina e nas ações judiciais individuais. A maioria dos ministros desenvolveu a “sua” governabilidade: o limite no âmbito da conciliação gerou o pedido de demissão de dois Ministros (1993 e 1996) e a demissão do Secretario Executivo (2004). Minha recomendação ao atual Ministro é a de insistir ao exagero na ligação e ausculta acima sublinhadas, pelo menos em 1/3 das suas atividades. Inclusive porque não se trata de qualquer sectarismo à esquerda, mas somente de coerência efetiva contra a cooptação do nosso Estado, no campo dos direitos sociais fundamentais, pela voracidade do mercado neoliberal.

P13. O que você acha que deve ocorrer, para tornar possível uma mudança de linha nesse sentido que você defende?

Nelsão. A militância realmente engajada na realização plena do SUS e dos valores humanos da solidariedade e direitos de cidadania deve compartilhar seus esforços, já enormes, com os das demais áreas sociais da cidadania, sob o inabdicável horizonte da democratização do Estado e construção de um projeto de nação participativo e democrático. Mais que um sonho, já foi quase alcançado pela sociedade consciente e mobilizada nos anos 1980. Abalou as estruturas, mas não deu para reestruturar o Estado nem democratizá-lo; emplacou na Constituição o capítulo da Ordem Social estruturado no paradigma social-democrata do Estado de Bem Estar Social, mas não deu para impedir a construção da hegemonia neoliberal, hegemonia que começa hoje a perder sustentabilidade.

A militância realmente engajada na realização plena do SUS e dos valores humanos da solidariedade e direitos de cidadania deve compartilhar seus esforços, já enormes, com os das demais áreas sociais da cidadania, sob o inabdicável horizonte da democratização do Estado e construção de um projeto de nação participativo e democrático





Programação do 2º Congresso e da 8ª Conferência Sindical da tendência petista Articulação de Esquerda

2 de abril

- 19h00 Abertura da Oitava Conferência Sindical
Local: sede nacional do PT (Rua Silveira Martins, 132, Sé – São Paulo/SP)
Atividade aberta a todos e todas que desejem participar

3 de abril

- 9h00 Abertura do credenciamento
- 10h00 – 12h00 Apresentação do texto base da Oitava Conferência Sindical
Local: Instituto Cajamar (Via Anhanguera km 46,5)
Aberto a delegados/as à Conferência Sindical e ao Congresso Nacional, observadores/as e convidados/as.
- 14h00-19h00 – (sala 1) Oitava Conferência Sindical Nacional da AE
- 14h00-19h00 – (sala 2) Abertura dos trabalhos do Segundo Congresso da AE

4 de abril

- 9h00-19h00 – Apresentação dos textos base do Segundo Congresso
Aberto a delegados/as ao Congresso e delegados/as à Conferência, bem como observadores e convidados

5 de abril

- 9h00-12h00 – Sessões simultâneas do Congresso e da Conferência Sindical, para debate e votação das respectivas resoluções e emendas. Eleição da coordenação sindical nacional e da comissão de ética sindical nacional.
- 14h00-16h00 – Sessão conjunta, para homologação (pelo Congresso) das resoluções da Conferência Sindical, eleição da nova direção nacional, eleição da nova comissão de ética.
- 16h00-17h00 – Encerramento do 2º Congresso e da 8ª Conferência Sindical